

CARTA ABERTA À CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

ASSUNTO: PEDIDO URGENTE DE FISCALIZAÇÃO SOBRE A GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Vereador,

Nós, profissionais que atuamos diariamente nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Votuporanga — professores, gestores, técnicos, profissionais de apoio e demais servidores da Educação — vimos, por meio desta carta, manifestar nossa profunda preocupação com a condução da Secretaria Municipal da Educação, atualmente sob a responsabilidade da secretária Silvia Letícia.

Este documento não nasce de uma insatisfação isolada ou de um episódio pontual. Ele representa o acúmulo de situações vivenciadas por profissionais que estão dentro das escolas, enfrentando diariamente a falta de servidores, a sobrecarga de trabalho, a ausência de suporte técnico e pedagógico, o excesso de avaliações e as dificuldades relacionadas ao atendimento dos estudantes.

Enquanto a Secretaria apresenta justificativas em sessões públicas e afirma que determinadas situações estão sendo resolvidas, a realidade vivenciada dentro das unidades escolares parece seguir em direção contrária. Por esse motivo, solicitamos que a Câmara Municipal exerça efetivamente seu papel fiscalizador, apurando os fatos e cobrando respostas objetivas, documentadas e transparentes.

A EDUCAÇÃO MUNICIPAL NÃO PODE SER ADMINISTRADA APENAS POR DISCURSOS, PLANILHAS E GRUPOS DE WHATSAPP.

PROFESSORES SOBRECARGADOS E COBRADOS POR RESULTADOS

Os professores da Rede Municipal são constantemente cobrados pelo alcance de índices, metas e resultados em avaliações externas. Entretanto, essa cobrança não tem sido acompanhada, na mesma proporção, por condições adequadas de trabalho, apoio pedagógico efetivo, presença das equipes técnicas e quantidade suficiente de profissionais nas escolas.

Exigem-se resultados cada vez maiores, mas as unidades escolares permanecem enfrentando falta de professores, ausência de substitutos, número insuficiente de

técnicos, dificuldades no atendimento aos estudantes e sobrecarga das equipes gestoras.

Quando falta um professor ou profissional de apoio, toda a organização da escola é afetada. Gestores e demais servidores precisam abandonar temporariamente suas funções para garantir o atendimento dos estudantes. Consequentemente, o acompanhamento pedagógico, a organização administrativa e a qualidade do ensino ficam prejudicados.

É preciso perguntar: **como exigir excelência dos profissionais da Educação quando não são oferecidas condições mínimas para que o trabalho seja realizado com qualidade?**

A ALFABETIZAÇÃO ESTÁ SENDO SUBSTITUÍDA POR UMA ROTINA EXCESSIVA DE AVALIAÇÕES?

Outra preocupação diz respeito à quantidade de avaliações aplicadas aos estudantes. A escola deve avaliar para compreender as dificuldades, reorganizar o ensino e promover avanços. No entanto, quando a avaliação deixa de ser um instrumento pedagógico e passa a ocupar o centro de todo o processo, corre-se o risco de transformar o ensino em treinamento para provas.

A Base Nacional Comum Curricular prevê o desenvolvimento de um conjunto amplo de competências e habilidades. A alfabetização não pode ser reduzida à preparação repetitiva de crianças para avaliações externas. Os estudantes precisam aprender a ler, escrever, interpretar, argumentar, resolver problemas, criar, conviver e desenvolver autonomia.

Questionamos se habilidades importantes de cada ano escolar não estão sendo deixadas em segundo plano para que as equipes concentrem esforços na obtenção de melhores índices.

Estamos ensinando para garantir uma formação integral ou apenas treinando crianças para responder avaliações?

Quantas avaliações são realmente necessárias?

Quanto tempo pedagógico está sendo consumido com aplicação, correção, lançamento, tabulação e análise de resultados?

Quais conteúdos e habilidades deixam de ser trabalhados durante esse processo?

Esses questionamentos precisam ser respondidos com seriedade.

COBRANÇA POR ÍNDICES SEM DEVOLUTIVAS EFETIVAS

As escolas são pressionadas a melhorar seus resultados, mas frequentemente não recebem devolutivas completas, claras e em tempo hábil.

Não basta recolher dados, estabelecer metas e divulgar números. É necessário transformar os resultados em ações concretas, oferecendo:

- devolutivas pedagógicas às unidades escolares;
- análise detalhada dos resultados;
- orientações específicas para cada turma;
- formação continuada relacionada às dificuldades identificadas;
- acompanhamento presencial das equipes técnicas;
- recursos pedagógicos;
- condições reais para a recuperação da aprendizagem.

Por isso, perguntamos: **qual é a finalidade de tantas avaliações se não se transformam em suporte efetivo ao trabalho docente?**

Sem devolutiva, a avaliação perde sua função pedagógica e se torna apenas mais uma obrigação burocrática imposta aos profissionais.

TRANSPARÊNCIA SOBRE OS RECURSOS DO VAAR

Também solicitamos esclarecimentos detalhados sobre os recursos relacionados ao **Valor Aluno Ano Resultado — VAAR**.

Segundo declaração pública atribuída à secretária municipal da Educação, recursos teriam sido utilizados no reenquadramento dos educadores infantis. Reconhecemos a importância da valorização desses profissionais. Entretanto, essa informação não elimina a necessidade de transparência sobre os valores recebidos e sua aplicação.

Os resultados que possibilitam o recebimento desses recursos são construídos pelo trabalho coletivo de professores, gestores, técnicos, profissionais de apoio e demais servidores das escolas. São esses profissionais que enfrentam salas de aula

numerosas, falta de pessoal, estudantes com diferentes necessidades e sucessivas cobranças por desempenho.

Diante disso, solicitamos que a Secretaria Municipal da Educação apresente publicamente:

- o valor total recebido pelo município por meio do VAAR;
- o período a que o recurso se refere;
- os critérios que possibilitaram seu recebimento;
- as contas e dotações orçamentárias em que os valores foram registrados;
- as despesas realizadas com esses recursos;
- os valores destinados a cada finalidade;
- os documentos que comprovem sua aplicação;
- os critérios utilizados para definir as prioridades;
- os benefícios efetivamente destinados aos profissionais e às unidades escolares.

Não se questiona a importância do reenquadramento ou da valorização de qualquer categoria. Questiona-se a ausência de informações suficientemente claras e acessíveis sobre a destinação integral desses recursos.

Dinheiro público exige transparência pública.

Também é dever da gestão reconhecer e valorizar aqueles que trabalham diretamente para que os resultados educacionais sejam alcançados.

A FALTA DE PROFESSORES E TÉCNICOS NÃO É UM PROBLEMA RECENTE

A ausência de professores, substitutos, técnicos e profissionais de apoio não surgiu recentemente. Trata-se de uma dificuldade conhecida há muito tempo pelos trabalhadores da Rede Municipal.

Portanto, causa preocupação a justificativa de que seria necessário mais tempo para conhecer ou compreender o problema. A atual responsável pela pasta já conhecia a realidade da rede antes de assumir a função, o que torna necessária uma explicação mais objetiva sobre as providências que foram planejadas e efetivamente executadas.

Quem permanece distante das unidades escolares dificilmente compreenderá a dimensão da sobrecarga enfrentada por quem está dentro delas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ONDE ESTÃO AS DEVOLUTIVAS?

No início do ano, o grupo anteriormente denominado PAM foi reestruturado como **Núcleo de Educação Inclusiva — NEI**. A mudança de nome, entretanto, precisa ser acompanhada por ações efetivas.

As escolas atendem estudantes público-alvo da Educação Especial que necessitam de acompanhamento, adaptações, recursos, avaliações, orientações e, em determinados casos, profissionais de apoio.

Por isso, solicitamos informações objetivas:

- Quantas visitas o NEI realizou em cada unidade escolar?
- Quantos professores e gestores foram formalmente ouvidos?
- Quantos estudantes foram observados presencialmente?
- Quantos estudos de caso foram encaminhados?
- Quantos foram analisados?
- Quantos receberam devolutiva?
- Qual é o prazo médio para a conclusão dessas análises?
- Quantos pedidos ainda aguardam resposta?
- Quais providências foram tomadas a partir dos estudos realizados?
- Quantos estudantes aguardam recursos, atendimento especializado ou profissional de apoio?

Estamos nos aproximando do encerramento do ano letivo e, segundo relatos das unidades, ainda há estudos de caso sem devolutiva ou com respostas insuficientes.

Para os estudantes e suas famílias, a demora não é apenas burocrática. Ela representa dias, semanas e meses sem o suporte necessário. Para professores e gestores, significa assumir responsabilidades complexas sem orientação e sem estrutura adequada.

Solicitamos respostas concretas:

- Quantos cargos estão vagos atualmente?
- Quantos professores e técnicos faltam em cada unidade?
- Quantas ausências são cobertas diariamente?
- Quantas turmas permanecem sem o atendimento adequado?
- Quais providências foram tomadas?
- Existe cronograma para contratação, convocação ou substituição?
- Qual é o impacto dessas ausências no funcionamento das escolas?
- Quantos dias letivos foram prejudicados pela falta de profissionais?

As escolas não podem continuar reorganizando suas equipes de maneira improvisada enquanto aguardam soluções que nunca chegam de forma definitiva.

UMA EQUIPE AMPLIADA NA SECRETARIA, MAS DISTANTE DAS ESCOLAS

A Secretaria Municipal da Educação afirma trabalhar com equipe reduzida. Entretanto, no ano de 2026, foram designados diversos profissionais para exercer funções de assistência técnica educacional.

Diante disso, é legítimo perguntar: se houve ampliação ou reorganização da equipe técnica, por que as escolas continuam sentindo falta de orientação, acompanhamento e presença institucional?

Não basta criar cargos, designar profissionais ou incluí-los em grupos de mensagens. É necessário que o trabalho realizado produza resultados concretos nas unidades escolares.

Orientações encaminhadas remotamente por grupos de WhatsApp não substituem visitas técnicas, escuta qualificada, acompanhamento pedagógico e análise presencial das dificuldades.

Supervisores de ensino, gestores de rede e assistentes técnicos educacionais precisam conhecer de perto a realidade das escolas. Precisam observar as condições de trabalho, ouvir professores e gestores, acompanhar estudantes, compreender as demandas e participar da construção das soluções.

A Secretaria da Educação não deveria ser um espaço inacessível aos educadores. Deve ser um local de acolhimento, orientação, escuta e resolução de problemas.

É necessário esclarecer:

- Qual ato administrativo estabeleceu essa restrição?
- Quem determinou a medida?
- Qual é sua justificativa?
- Quais profissionais podem autorizar o acesso?
- Qual é o procedimento em casos urgentes?
- Como fica o atendimento de servidores que precisam apresentar documentos, buscar orientações ou comunicar situações emergenciais?

Criar barreiras de acesso aos profissionais não resolve os problemas da Educação. Ao contrário, amplia a distância entre a Secretaria e as escolas.

HORÁRIO REDUZIDO E DIFICULDADE DE ATENDIMENTO

Também foi estabelecido atendimento ao público das 9h às 15h. Entretanto, as escolas funcionam em horários mais amplos e enfrentam situações urgentes desde o início do período letivo.

Além do horário limitado, há relatos de que, em diferentes ocasiões, profissionais responsáveis não são encontrados em seus postos quando as unidades necessitam de apoio.

Perguntamos:

- Quem atende as escolas antes das 9h?
- Quem atende as emergências após as 15h?
- Existe um telefone institucional de plantão?
- Há registro das solicitações feitas pelas unidades?
- Qual é o prazo estabelecido para resposta?
- Quem responde pela ausência dos profissionais durante o horário de atendimento?

Inclusão não se realiza por meio de discursos ou mudanças de nomenclatura. Inclusão exige presença, recursos, acompanhamento e respostas.

AUSÊNCIAS DA RESPONSÁVEL PELA PASTA E PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS

Também questionamos as frequentes participações da secretária municipal da Educação em congressos, encontros e eventos, especialmente quando as escolas relatam dificuldades para obter atendimento e respostas da pasta.

Não somos contrários à formação continuada, à participação em congressos ou à representação do município. Essas ações podem ser importantes. No entanto, é necessário apresentar transparência sobre seus objetivos e seus resultados.

Solicitamos informações sobre:

- os eventos dos quais a secretária participou;
- os custos de inscrições, passagens, hospedagens e diárias;
- os critérios para escolha dos eventos;
- os conhecimentos e projetos trazidos ao município;
- as ações implementadas após essas participações;
- os benefícios concretos proporcionados às escolas e aos estudantes.

Enquanto a Secretaria participa de eventos e apresenta projetos, os profissionais continuam enfrentando problemas básicos que deveriam ser tratados com prioridade.

Não basta representar a Educação Municipal fora do município. É necessário estar presente para administrar, ouvir, responder e solucionar os problemas da própria rede.

RESTRIÇÃO DE ACESSO À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

A recente decisão de limitar o acesso dos profissionais da Educação às dependências da Secretaria também causa estranheza e indignação.

Segundo as informações recebidas, qualquer profissional que procure atendimento precisa ser previamente anunciado. Essa medida transmite uma sensação de afastamento entre o órgão central e os trabalhadores que sustentam diariamente o funcionamento da rede.

- Como as escolas devem proceder quando não conseguem contato com a Secretaria?

Uma Secretaria de Educação precisa organizar seu funcionamento considerando os horários e as necessidades das escolas, e não apenas a conveniência administrativa do órgão central.

O SILÊNCIO NÃO PODE SER A RESPOSTA

Os profissionais da Educação estão cansados de serem responsabilizados por resultados sem receberem o suporte necessário. Estão cansados de improvisar soluções, acumular funções e assumir responsabilidades que deveriam ser compartilhadas com a administração central.

A cobrança chega rapidamente às escolas. O apoio, porém, demora — e, em muitos casos, sequer chega.

Quando os índices não são alcançados, questionam-se os professores e os gestores. Mas quem questiona as condições oferecidas pela Secretaria? Quem fiscaliza a falta de profissionais? Quem acompanha as devolutivas pendentes? Quem verifica os recursos recebidos? Quem avalia a atuação da própria gestão?

É por isso que recorreremos à Câmara Municipal.

PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS

Diante de tudo o que foi apresentado, solicitamos aos vereadores:

1. A abertura de procedimento formal de fiscalização sobre a gestão da Secretaria Municipal da Educação;
2. A convocação da secretária **Silvia Letícia** para prestar esclarecimentos públicos e documentados;
3. A apresentação detalhada dos valores recebidos por meio do VAAR e de sua destinação;
4. O levantamento do número de professores, técnicos, profissionais de apoio e demais servidores que faltam na rede;

5. A apresentação de cronograma para convocação, contratação ou **substituição** dos profissionais necessários;
6. O levantamento das designações realizadas para funções de assistência técnica, com a descrição das atribuições e ações executadas;
7. A apresentação dos registros de visitas realizadas pelos supervisores, gestores de rede, assistentes técnicos e integrantes do NEI;
8. A divulgação da quantidade de estudos de caso recebidos, analisados, devolvidos e ainda pendentes;
9. A revisão das restrições de acesso dos servidores à Secretaria Municipal da Educação;
10. A ampliação e reorganização dos horários de atendimento às escolas;
11. A criação de um canal institucional para situações emergenciais;
12. A realização de audiência pública com a participação dos profissionais que atuam nas unidades escolares;
13. A garantia de que não haverá perseguição, retaliação, constrangimento ou qualquer prejuízo funcional aos servidores que apresentarem relatos, documentos ou denúncias;
14. A publicação periódica de relatórios de prestação de contas, acompanhamento pedagógico e atendimento às escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta carta não pretende desvalorizar a Educação Pública Municipal. Ao contrário, nasce da necessidade de defendê-la.

Defender a Educação também significa denunciar a falta de condições de trabalho, cobrar transparência, questionar decisões administrativas e exigir que os responsáveis pela gestão cumpram efetivamente suas atribuições.

Os profissionais das escolas não podem continuar sendo tratados apenas como executores de determinações. São eles que conhecem os estudantes, enfrentam as dificuldades, acolhem as famílias e sustentam diariamente o funcionamento da rede.

A Secretaria Municipal da Educação deve servir às escolas, e não se afastar delas.

Não queremos mais respostas genéricas. Não queremos justificativas sem dados. Não queremos promessas sem prazos. Queremos documentos, transparência, presença, planejamento e providências concretas.

Enquanto os discursos anunciam avanços, as escolas continuam pedindo o básico.

Enquanto se cobram índices, faltam profissionais.

Enquanto se multiplicam avaliações, diminuem o tempo de ensino e as condições para realizá-lo.

Enquanto se fala em inclusão, estudantes e professores aguardam devolutivas.

Enquanto a Secretaria restringe seu acesso, as escolas permanecem abertas, acolhendo diariamente todos os problemas que chegam até elas.

A Câmara Municipal não pode ignorar esses questionamentos. Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e a qualidade dos serviços prestados à população é uma responsabilidade institucional.

Por essa razão, aguardamos providências, respostas formais e a apuração rigorosa de todos os pontos apresentados.

A Educação Municipal precisa de menos discursos e mais presença. Menos cobranças e mais suporte. Menos barreiras e mais transparência.

Votuporanga, 8 de setembro de 2026.

Atenciosamente,

Profissionais da Rede Municipal de Ensino de Votuporanga



Profissionais da Rede Municipal de Ensino de Votuporanga

Atenciosamente,

Votuporanga, 8 de setembro de 2026

cobranças e mais suporte. Menos barreiras e mais transparência.
A Educação Municipal precisa de menos discursos e mais presença. Menos

todos os pontos apresentados
Por essa razão, aguardamos providências, respostas formais e a aplicação rigorosa de

responsabilidade institucional
dos recursos públicos e a qualidade dos serviços prestados à população é uma
A Câmara Municipal não pode ignorar esses questionamentos. Fiscalizar a aplicação

acolhendo diariamente todos os problemas que chegam até elas.
Enquanto a Secretaria enfrenta seu acesso, as escolas permanecem abertas.
Enquanto se fala em inclusão, estudantes e professores aguardam devolutivas.

para resistir.
Enquanto se multiplicam avaliações, diminuem o tempo de ensino e as condições
Enquanto se cobram índices, faltam profissionais.

básico.
Enquanto os discursos anunciam avanços, as escolas continuam pedindo o

planejamento e providências concretas.
Queremos progressos sem gritos. Queremos documentos, transparência, presença.
Não queremos mais respostas genéricas. Não queremos justificativas sem dados. Não
A Secretaria Municipal da Educação deve servir às escolas, e não se afastar delas.